

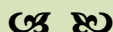
A ESCOLA, A FAMÍLIA E O ESTADO: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DE SUAS RELAÇÕES

Pierre Caspard

Institut National de Recherche Pédagogique, França

Tradução de Maria Helena Camara Bastos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil



Resumo

A história do ensino destaca, particularmente na França, o papel sucessivo de dois grandes atores institucionais: Igreja e Estado. Esse artigo sublinha, ao contrário, a ação das famílias, do século 16 ao 19, nos diferentes níveis de ensino: primário, secundário, técnico. Conclui pela necessidade de explorar as fontes disponíveis para reavaliar essa ação, a fim de lhe dar o justo lugar na dimensão sociocultural da história do ensino e, também, para melhor compreender as razões de alguns dos maiores problemas encontrados hoje no sistema educativo francês.

Palavras-chaves: história sociocultural, sistema escolar, longa duração, França, educação familiar.

SCHOOL, FAMILY AND THE STATE: A HISTORICAL APPROACH TO ITS RELATIONS

Abstract

The historiography of education focused, particularly in France, the role of two successive major institutional players: the church and state. This article draws attention to the work of families, the sixteenth to the nineteenth century, the

different levels of education: primary, secondary, technical. It concludes with the need to exploit the available sources to reassess this action to give its proper place in the socio-cultural dimension of the history of education, and also to better understand why some major problems today by the French educational system.

Keywords: cultural studies, school system, long term, France, status, family education.

ESCUELA, FAMILIA Y ESTADO: UMA APROXIMACIÓN HISTORICA DE SUS RELACIONES

Resumen

La historiografía de la educación se centró, sobre todo en Francia, el papel de dos períodos consecutivos de los actores institucionales principales: la Iglesia y el Estado. En este artículo se hace hincapié en la labor de las familias, el siglo 16 hasta el siglo 19, los diferentes niveles de educación: primaria, secundaria, técnica. Se concluye con la necesidad de explotar los recursos disponibles para reevaluar esta acción para dar a su propio lugar en la dimensión socio-cultural de la historia de la educación, y también para comprender mejor por qué algunos problemas importantes en la actualidad por el sistema educativo francés. Palabras clave: estudios culturales, sistema escolar, largo plazo, Francia, Estado, educación familiar.

L'ÉCOLE, LA FAMILLE ET L'ÉTAT: UN APERÇU HISTORIQUE DE LEURS RAPPORTS

Résumé

L'historiographie de l'enseignement met l'accent, particulièrement en France, sur le rôle successif de deux grands acteurs institutionnels : l'Église et l'État. Cet article souligne au contraire l'action des familles, du 16^{ème} au 19^{ème} siècle, aux différents niveaux de l'enseignement : primaire, secondaire, technique. Il conclut sur la nécessité d'exploiter les sources disponibles pour réévaluer cette action, afin de donner sa juste place à la dimension socioculturelle de l'histoire de l'enseignement, et aussi de mieux comprendre les raisons de quelques problèmes majeurs rencontrés aujourd'hui par le système éducatif français.

Mots-clés: histoire socioculturelle, système scolaire, longue durée, France, état, éducation familiale.

Como atores da instrução pública, as famílias e o Estado mantêm relações complexas, que não são fáceis de documentar historicamente e que são hoje, na França ao menos, problemáticas. Desde muito tempo, as famílias têm o recurso de beneficiar seus próprios filhos de uma

instrução que lhes permita ter uma vantagem comparativa sobre o mercado de trabalho ou de emprego. O Estado, ao contrário, faz da igualdade das chances, depois dos resultados escolares, um objetivo maior de sua política educativa, ao menos no nível do discurso e das intenções fixadas¹. Entre esses dois objetivos existem contradições ou compatibilidades? Colocar essa questão conduz a se interessar pelo papel que têm, respectivamente, exercido a família e o Estado na instrução dos franceses e a esboçar a evolução de suas contribuições em longa duração.

As análises do papel respectivo do Estado e das famílias nos últimos séculos, antes e depois da instauração, nos anos de 1880, de uma escola republicana ostensivamente portadora de uma ideologia da meritocracia escolar, chamada retrospectivamente elitismo republicano, sofrem de diversos vieses e aproximações. Por um lado, isso decorre do considerável desequilíbrio existente entre as fontes históricas disponíveis sobre a implicação do Estado, de seus administradores e intelectuais orgânicos, e, por outro, o das famílias. Os primeiros são massivos, sistemáticos e eles mesmos portadores de discursos autojustificativos. Os segundos são raros, estóicos e geralmente desprovidos de toda dimensão discursiva. O papel das famílias e da sua racionalidade seria, portanto, muito menor².

A família e a instrução

Contrariamente ao estereótipo dominante, não é nem a Igreja e nem o Estado que têm historicamente incitado as famílias a instruir seus filhos.

¹ Os responsáveis políticos, as mídias e os pesquisadores em educação colocam, majoritariamente, no primeiro lugar dos objetivos da escola a igualdade dos resultados escolares entre todos os alunos, qual seja, sua origem sociocultural e a implicação de suas famílias. Dessa forma, os comentários dos testes Pisa acentuam sistematicamente a desigualdade de resultados dos alunos escolarizados nas escolas francesas, comparados aos modelos mais igualitários, que seriam a Finlândia ou a Coreia do Sul. Cf. BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'élitisme républicain: l'école française à l'épreuve des comparaisons internationales*. Paris: Le Seuil/ République des Idées, 2009.

² CASPARD, Pierre. Estado e indivíduo na história da educação: problemas de fontes e de metodologia. In: *História da educação brasileira: a ótica dos pesquisadores*. Brasília: Inep, 1994, p. 12-19.

Isso se aplica a todos os três níveis que podemos distinguir no atual sistema escolar em curso.

1) Ler, escrever, contar

Desde a Antiguidade, o controle desses saberes práticos, que são a leitura, a escrita e o cálculo, foi considerado pelas famílias como uma competência em que a aquisição justificava o investimento de um mínimo de tempo ou de dinheiro, pois poderiam ser úteis, tanto na vida social, quanto na profissional.

Do primeiro século da nossa era, e antecipando as modernas teorias do capital humano, o retórico Quintiliano já escrevia que a criança pequena é capaz de fazer qualquer coisa e, por isso, o mais interessante seria utilizar seu tempo para lhe ensinar a ler, pois isso seria para ela um *lucrum* (pequeno ganho), útil para toda sua vida³. Naturalmente, a leitura e a escrita não são úteis apenas nos meios onde a vida social e econômica a justifique ou o desenvolvimento do Ocidente na Idade Média é tal, que um número crescente de famílias se interessou por elas.

No século 15, um simples artesão da pequena cidade de Albi escreveu que, graças à instrução elementar que deu ao seu filho, “toda sua vida será melhor”⁴. No século 16, um reformador protestante chamado Guillaume Farel sustenta que “em qualquer estado [socio-profissional] que esteja o homem, o conhecimento de muitas coisas lhe servirá”⁵, formulando um ideal que penetra de modo intenso em vários grupos da sociedade.

Até o final do século 18, o dispositivo que permite assegurar as formas de instrução, que qualifica hoje o “primário” ou “elementar”,

³ Citado em CASPARD, Pierre. La Infancia, la adolescencia, la juventud: para una economía política de las edades desde la época moderna. In: MOCTEZUMA, L. Martinez (dir.). *La Infancia y la cultura escrita*. México: Siglo Veintiuno, 2001, p. 77-101.

⁴ Citado em CASPARD, Pierre. Pour une histoire micro-économique de l'éducation. *Annali di storia dell'educazione*, v. 12, 2005, p. 171-175.

⁵ *Ibid.*

repousa especialmente sobre as famílias, uma vez que são estas que asseguram as aprendizagens⁶, porque definem e controlam as modalidades de ensino que lhes convém, pagando os professores aos quais confiam seus filhos. A idéia de que os mestres de escola são humildes auxiliares dos padres, principalmente e mesmo exclusivamente preocupados em os ajudar à catequizar e doutrinar os alunos, é muito errônea. É suficiente, para convencer, levar em conta os testemunhos desses regentes ou das comunidades, urbanas ou rurais, que os pagam. Há a aspiração, muito laica, que tem as famílias de dar aos seus filhos uma instrução que lhes seja útil na sua futura vida profissional e social⁷.

No que diz respeito à leitura, a aprendizagem dentro da própria família não é a única. Desde o final da Idade Média, a representação de Santa Ana, que ensina Maria a ler, é um padrão que permeia as igrejas ocidentais (e além), que testemunha uma prática que claramente faz sentido para todos os seus fiéis. Muito mais raro, mas traduzindo a mesma idéia, é a representação de São José ensinando Jesus a ler. O papel privilegiado dado à mãe nessa iconografia de grande público reflete, de qualquer maneira, a realidade das práticas de ensino familiar da leitura, tal qual conhecemos por outras fontes. A figura da mãe, professora primária, estende-se para além da iconografia religiosa, como testemunham as pinturas ou as gravuras das mães de família ocupadas em instruir seus filhos, rapazes ou moças.

Os numerosos testemunhos precisam a importância e as modalidades dessas aprendizagens familiares, inclusive nos meios populares, entre os artesãos e camponeses inseridos na economia de mercado. Um simples operário têxtil da região de Mans pode constatar, em 1808, que desde o fim do século 16 “todos seus ancestrais sabem ler e escrever”, apesar da ausência de escola na pequena cidade onde

⁶ FRIJHOFF, Willem (dir.). Autodidaxies, XVI^e-XIX^e siècles. *Histoire de l'éducation*, n. 70, maio, 1996.

⁷ Ver, por exemplo, o testemunho muito explícito dado pelo diário de um regente de escola do fim do Antigo Regime: BERNET, Jacques. *Le journal d'un maître d'école d'Île-de-France, 1771-1792: Silly-en-Multien, de l'Ancien Régime à la Révolution*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2000.

vivem, e tira o seguinte conselho: “Siga meu exemplo: eu ensinei a ler e a escrever meus filhos; meu pai tinha feito o mesmo comigo: faça o mesmo!”⁸. Na mesma época, nos Alpes franceses, as práticas de autodidática familiar são comuns em vários lugares, por exemplo, os famosos *Montagnons* do Jura suíço, que Jean-Jacques Rousseau se encantou, em *Lettre à d’Alembert* (1758), dizendo que eles sabem tudo, sem terem aprendido nada na escola.

É que, para o uso prático deles, nessa época, o ensino dos rudimentos às crianças normalmente dotadas, não apresentava dificuldades que os escritos dos teóricos e dos pedagogos puderam, posteriormente, deixar crer. Nascido em 1718, um habitante de Troyes, na Champagne⁹, conta que a doméstica que lhe ensinou a ler, em um resumo de história santa, era ela mesma analfabeta: “Ela me obrigou a recomeçar cada frase, quando não conseguia compreender o seu significado, me trouxe até aqui para sentir, por si só”¹⁰. Aprender a escrever e a calcular são os saberes práticos aos quais podem igualmente ser exercidos em família, com a ajuda eventual de algum parente ou amigo suficientemente instruído e disponível. A ortografia também pode ser aprendida em família pelos processos tradicionais: a cópia e o ditado¹¹. No entanto, com a ênfase crescente sobre a gramática, a partir da metade do século 18, a aprendizagem dos princípios ortográficos torna-se mais complexa e contribuirá para a transferência da responsabilidade à escola primária que fará, no século 19, sua disciplina de predileção¹².

2) A formação profissional

⁸ FILLON, Anne. *Louis Simon: villageois de l’Ancienne France*. Rennes: Ouest-France, 1996.

⁹ Champagne: região a leste da Ile de France.

¹⁰ Pierre-Jean Grosley: *Vie de Grosley, écrite par lui-même*, Londres-Paris, 1787.

¹¹ CASPARD, Pierre. L’orthographe et la dictée: problèmes de périodisation d’un apprentissage (XVII^e-XIX^e siècles). *Le cartable de Clio*, n. 4, 2004, p. 255-264. Consultável na internet.

¹² CHERVEL, André. *Histoire de l’enseignement du français du XVII^e au XX^e siècle*. Paris: Retz, 2006.

As aprendizagens técnicas e profissionais se operam, tradicionalmente, no seio da família. E, claro, massivamente no caso dos camponeses, mas também com os artesãos ou em inúmeras profissões de serviço (notários, estalageiros, regentes de escola). A hereditariedade profissional é considerada como natural nas sociedades antigas. É o que os historiadores qualificam com o termo de *endotecnia*¹³ que, como a aprendizagem da leitura, é também objeto de representações edificantes, expostas à vista das grandes massas de fiéis, refletindo suas práticas: tal como a representação de São José ensinando a Jesus o ofício de carpinteiro.

A transmissão de competências profissionais e movimentos técnicos também poderão ser gradualmente terceirizados: aprendizagem com um mestre, *tour de France des Compagnons*, escolas técnicas de diversos tipos. Assim, as escolas gratuitas de desenho se multiplicam na segunda metade do século 18, pela iniciativa das municipalidades ou de mecenas. Em 1793, pode-se contar na França mais de cinquenta, escolarizando milhares de adolescentes¹⁴: é que o desenho técnico, de arte ou ornamental, enriquece a prática de numerosos ofícios do artesanato e da indústria, no trabalho de madeira, tecidos, pedra. Seus ensinamentos racionais não possibilitam práticas de autodidática familiar, que se marginalizam.

3) O nível secundário

Mais distante dos rudimentos e da formação profissional, outros ensinamentos e aprendizagens podem igualmente serem assegurados na família, sem qualquer controle institucional. É o caso da geografia, da história ou da literatura, acessíveis pela leitura pessoal ou coletiva (em velhas) obras científicas ou populares, assim como da literatura de colportagem divulgada, desde o fim do século 17 na zona rural francesa,

¹³ Endotecnia: transmissão interna, especialmente nas famílias, de um saber técnico.

¹⁴ LAHALLE, Agnès, *Les écoles de dessin au XVIII^e siècle: entre arts libéraux et arts mécaniques*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

em brochuras que abordam temas literários, científicos e religiosos muito variados¹⁵.

Um pouco mais árduo que as quatro operações, a aritmética útil aos comerciantes, aos comissionados ou aos agrimensores, pode ser ensinada por professores particulares, que são numerosos nas vilas e cidades. Por outro lado, as línguas estrangeiras não são de utilidade, a não ser para uma parcela de grandes negociantes ou de diplomatas, que recorrem aos professores de línguas. Mas nas áreas de fronteira, a *língua do outro*, flamengo, alemão, italiano, pode ser aprendida por meio de trocas que praticam as famílias entre seus filhos, de um lado a outro da fronteira linguística. Essas trocas se multiplicam entre o fim da Idade Média e o início do século 19, penetrando grandemente nos meios em que há a circulação de homens e mercadorias¹⁶.

Finalmente, só o ensino de latim e das humanidades que não está assegurado que por instituições escolares especificamente dedicadas. Se inspirando no exemplo antigo, que se prolonga na Idade Média, os colégios de humanidades se organizam e se multiplicam na França durante o século 16, por iniciativa das cidades que, em seguida, os confiarão, em grande parte, às congregações ensinantes - jesuítas e oratorianos. São esses colégios, depois liceus que, ampliando sua vocação inicial e decorrente das transformações mais ou menos profundas na sua organização, seus métodos e do pessoal que empregam, anexarão progressivamente, na época contemporânea, o conjunto dos conhecimentos literários, científicos e técnicos que haviam sido, anteriormente, realizados por outros atores e outras instituições.

A história das disciplinas escolares, que se desenvolve na França há trinta anos, tem como um dos seus objetivos analisar a maneira como

¹⁵ CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Seuil, 2001.

¹⁶ Desprovido de toda base institucional, essas trocas entre famílias deixou poucos traços, essencialmente nas correspondências familiares. O único estudo sistemático dessas trocas é de CASPARD, Pierre. Une pratique éducative, XVII^e-XIX^e siècles: les changes linguistiques d'adolescents. *Revue historique neuchâteloise*, n. 1-2, jan., 2000.

essas áreas de conhecimentos foram importadas pela instituição escolar, que as transformou para se tornarem ensináveis, avaliadas e examinadas¹⁷.

Os novos atores da educação

No transcorrer dos séculos, a iniciativa particular foi, progressivamente, reduzida ou revezada por novos atores. Como já observamos para os colégios e as escolas de desenho, o primeiro entre eles foram as comunidades urbanas, depois rurais que, a partir do século 14, em maior número, começaram a remunerar os regentes de escola encarregados de ensinar coletivamente os rudimentos, com menos custo social. São às cidades que, em um texto célebre, Lutero solicita abrir escolas destinadas às crianças, pois seus pais não têm tempo ou competências de os instruir.

A Igreja, igualmente, tem um papel crescente, por um objetivo interno, formar o clero instruído, e para divulgar a doutrina cristã. A Reforma e a Contra-Reforma reforçaram, consideravelmente, um e outro desses objetivos. Pode-se acrescentar também a resposta às demandas das famílias de classes médias, desejosas de confiar a instrução de seus filhos a um pessoal seguro e competente, assim como o espírito de caridade que permite à Igreja assegurar esse mesmo serviço às famílias mais modestas e insolventes. Tal é o papel das inúmeras congregações ensinantes que se criam do século 17 ao início do século 19, em que os Irmãos das escolas cristãs, para os meninos, ou as Ursulinas, para as meninas, nos dão que dois exemplos particularmente remarcáveis¹⁸.

No que concerne mais precisamente ao nível secundário, a análise do financiamento dos colégios do Antigo Regime permitem medir a

¹⁷ Uma apresentação exaustiva dessas congregações está em HUREL, Daniel-Odon (dir.). *Guide pour l'histoire des ordres et congrégations religieuses. France, XVI^e-XX^e siècles*. Turnhout: Brepols, 2001.

¹⁸ Cf. COMPERE, Marie-Madeleine: *Du collège au lycée. 1500-1850*. Paris, Gallimard/Julliard, 1985; CASPARD, Pierre; LUC, Jean-Noël; SAVOIE, Philippe (dir.). *Lycées, lycéens, lycéennes: deux siècles d'histoire*. Lyon, INRP, 2005; MARCHAND, Philippe (dir.). *Le Baccalauréat 1808-2008: certification française ou pratique européenne?* Lille: Revue du Nord et Lyon/INRP, 2010.

evolução da respectiva contribuição financeira das famílias, das cidades e das congregações religiosas, antes do Estado ocupar o primeiro lugar, no fim do século 19¹⁹.

Depois das famílias, das comunidades e da Igreja, o último ator a entrar na cena educativa foi o Estado. Se ele conheceu alguns antecedentes limitados à formação de agentes que lhe eram diretamente úteis (juristas, oficiais, engenheiros civis e militares), essa intervenção do Estado remonta somente ao fim do Século das Luzes. Desde o fim da Revolução de 1789 e do Primeiro Império, visa dois grandes objetivos.

O primeiro é de unificar a nação, que é ainda composta por um “agregado constituído de povos desunidos”, segundo o revolucionário Mirabeau. Consiste em formar os cidadãos, criando entre eles o que hoje chamamos uma “cultura comum”, transcendendo os particularismos culturais, notadamente linguísticos²⁰. Também permite as regiões mais pobres de se beneficiar de uma rede escolar eficaz, das quais as mais ricas já estavam dotadas.

Esse objetivo suscitou o desdobramento, pelo Estado e seus administradores, de um arsenal argumentativo que é útil observar. Na verdade, foi para destacar as lacunas, insuficiências e disfuncionamentos os mais gritantes do dispositivo existente - escolas degradadas, professores alcoólatras, famílias negligentes -, defeitos que estão longe de serem representativos do conjunto do dispositivo de instrução que construíram ao longo dos séculos as famílias e as comunas, mas, em estigmatizando o passado, essa argumentação pode contribuir para forjar a imagem de um Estado educador demiurgo, ainda presente nos espírito francês.

¹⁹ Cf. NOGUÈS, Boris. Le financement des collèges d’humanités à l’époque moderne, XVI^e-XVIII^e siècles. In : CONDETTE, Jean-François (dir.). *Le coût des études: ses implications scolaires, sociales et politiques, XVI^e-XX^e siècles*. Arras: Crhis/Université d’Artois, 2011.

²⁰ DE CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. *Une politique de la langue: la révolution française et les patois*. Paris: Gallimard, 1975.

O segundo objetivo visado pelo Estado no século 19 é do crescimento global das *forças produtivas da França*, segundo a expressão consagrada no século 19, que incluía a instrução entre essas forças produtivas. Tal é o título de um capítulo da obra que publica o barão Charles Dupin, em 1828, e que contém um mapa que evidencia a famosa linha que vai de Saint-Malo, no norte da Bretanha, à Genève, na Suíça, que distingue o Nordeste da França globalmente mais alfabetizado que o Sudoeste. Em segundo lugar, permite recuperar seu atraso para colocar a nação inteira em melhor posição, na concorrência europeia que começa a se exacerbar. A idéia de uma *sociedade do conhecimento*, hoje em moda, já estava presente nos espíritos. Ela visava mais a instrução elementar do conjunto da população, do que a formação dos quadros da indústria, do comércio e das administrações. Por isso, o Estado cada vez mais se envolve no desenvolvimento e organização do ensino, nos níveis mais elementares do que o secundário, superior ou técnico.

Para atender o conjunto desses objetivos, o Estado, progressivamente, nacionaliza o financiamento da escola pelo imposto, retirando seu controle das famílias e das comunas, cujo papel secular é assim muito marginalizado. À heterogeneidade das realizações locais e municipais sucede um dispositivo educativo organizado, no plano nacional, em um sistema impulsionado centralizadamente, em que o papel das famílias se limitará a controlar e ajudar as tarefas de seus filhos e a tentar fazer pesar sua orientação no interior mesmo do sistema.

O sistema educativo assim constituído, na sua dupla dimensão monopolística e burocrática, tem sido capaz de operar porque, mesmo excluindo a participação da família, constitui sua “camada protetora”²¹. Pegamos essa expressão emprestada do economista Joseph Schumpeter, que julga que são os valores do trabalho presentes nas sociedades pré-capitalistas que permitiram e permitem o sistema capitalista de funcionar. No entanto, esse envolvimento familiar e a preocupação de ver seus filhos bem sucedidos na escola são hoje,

²¹ Couche protectrice: no sentido de ninho protetor.

freqüentemente, estigmatizados pelo termo “consumismo escolar”²², quando entram em contradição com o objetivo de igualdade de resultados que é dado pelo sistema educacional, ou que ele expõe.

Para concluir e justificar o interesse de uma abordagem histórica de alguns dos grandes problemas educativos que tem sua atualidade - violências e absenteísmo escolar, desemprego de jovens formados - temos a hipótese de que a “camada protetora” favorece a decadência do sistema educativo francês hoje, sob o efeito de dois fenômenos que não têm nenhum antecedente histórico. O primeiro é a desvalorização dos diplomas engendrado por várias décadas de massificação do ensino secundário, depois superior. Fazendo incertos os benefícios esperados de uma escolarização prolongada, essa desvalorização desorienta as famílias das classes médias que, historicamente são, mais que outras, portadoras de um ideal de meritocracia escolar. O segundo é a presença, majoritariamente nas escolas de numerosos países, de alunos que pertencem às famílias oriundas de países sem tradição escolar, em que as relações da escola ocidental e as expectativas para elas são mal asseguradas.

Essas evoluções constituem um desafio inédito para um Estado educador que reivindica para si mesmo, em nome de um passado imaginado, toda obrigação de meios e resultados. Portanto, elas deverão incitar também uma reavaliação daquilo que é verdadeiramente, depois de séculos, o investimento das famílias na educação e na instrução de seus próprios filhos, como todos os contextos socioculturais que fundaram a racionalidade desse investimento.

PIERRE CASPARD é doutor em História e doutor honorário da Universidade de Neuchatel - Suíça. Diretor de História da Educação (INRP-ENS). Dedicou-se à pesquisa acerca da história social e econômica da Suíça, da história

²² BAILLON, Robert. *Les consommateurs d'école: stratégies éducatives des familles*. Paris, 1982.

comparada da educação (França-Suíça) e da historiografia francesa da educação.

Endereço : SHE/INRP - 45, Rue d'Ulm - Paris - França - 75005.

E-mail: p.caspard@gmail.com.

Recebido em 15 de dezembro de 2010.

Aceito em 13 de abril 2011.